

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/nº - Bairro Centro - CEP Tribunal - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

**Ata Nº 63 de 03 de março de 2020.****PRESIDÊNCIA/DIGER/NUGES/CGPLS****Ata 1ª Reunião da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável 2.020**

Aos **dois (02) dias do mês de março (03) de dois mil e vinte (2.020), às 10h00min**, na sala de reunião deste Tribunal, reuniram-se os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, os(as) senhores(as): desembargadora Presidente da Comissão Ângela Maria Ribeiro Prudente, o magistrado e gestor do programa TO SUSTENTÁVEL Pedro Nelson de Miranda Coutinho e os demais membros: Leila Maria de Souza Jardim, Agnes Sousa da Rosa, Débora Regina Honório Galan. Ausências justificadas dos membros Maria das Dores (por motivo de doença) e Glacielle Borges Torquato (por motivo de viagem institucional). Ausência não justificada dos membros Spencer Vampré e Luciano Lima de Oliveira. Participaram como convidados: Jonas Demóstene Ramos (Diretor Geral), Ronilson Pereira da Silva (Diretor Administrativo), Kézia Reis de Souza (Diretora do Centro de Comunicação), Marcelo Leal de Araújo Barreto (Diretor de Tecnologia da Informação), Antônio José Ferreira de Rezende (Diretor de Gestão de Pessoas), Rogério José Canali (Diretor de Infraestrutura e Obras), Júlio César Pereira de Oliveira (NUGES), com ausência justificada de Francisco de Assis Sobrinho (Diretor Judiciário). A reunião foi presidida inicialmente pelo magistrado Pedro Nelson em razão do atraso justificado da Presidente da Comissão, desembargadora Ângela Prudente. O magistrado saudou e agradeceu a todos pela presença e, pontuou sobre a importância dos avanços no monitoramento e resultados dos Indicadores. Passou a palavra à servidora Leila Jardim, Coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental – NUGES, para apresentação do Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável, ano de 2.019, enviado ao Conselho Nacional de Justiça no dia 28 de fevereiro de 2.020 e publicado no Portal de Transparência do Poder Judiciário do Tocantins. A Coordenadora do NUGES iniciou a apresentação contextualizando sobre a Resolução CNJ 201/2015, no artigo 23, o qual versa sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação do Relatório de desempenho do PLS-PJ, o qual deve conter a consolidação dos resultados dos indicadores, a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente. Em seguida, houve a contextualização das ações executadas com a Agenda 2.030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir desse contexto, apresentou o Painel de Resultados das Ações de 2019. Nesta ocasião, apresentou o quantitativo de ações planejadas e executadas, juntamente com a matriz de responsabilidade dos indicadores, conforme Glossário da Resolução CNJ nº 201/2015. Nesse momento, fez-se presente a desembargadora Ângela Prudente, Presidente da Comissão Gestora, a qual passou a presidir os trabalhos, primeiramente justificando o atraso ocorrido. Prosseguindo, cumprimentou os presentes passando novamente a palavra à coordenadora do NUGES que deu continuidade à apresentação Relatório. A servidora deu continuidade à apresentação dos indicadores de Vigilância e, ressaltou que o objetivo do indicador vigilância armada é reduzir o número de postos de vigilância armada. Neste indicador não houve alteração do número de postos em relação ao ano anterior. Quanto aos indicadores de Qualidade de Vida em vista da participação em ações de qualidade de vida houve aumento de 7,96% em relação ao ano anterior. Ressaltou que o indicador Total de ações de Qualidade de vida houve um aumento de 657,14% em vista de 2018. Quanto

ao Capacitação e sensibilização socioambiental houve impacto positivo na quantidade de ações e na participação em ações de sensibilização e capacitação que aumentaram 240,30% e 400,79%, respectivamente. Sobre a quantidade de impressões, houve aumento de 4,25%. A Coordenadora do NUGES ponderou que os dados monitorados se aplicam somente nas unidades onde possui o contrato de *outsourcing*, ou seja, 5 (cinco) unidades. Nesta ocasião, o servidor Marcelo Leal (Diretor de Tecnologia da Informação) justificou que, em pesquisa feita no âmbito da diretoria sobre o cenário nos outros Tribunais onde o processo foi digitalizado, também houve aumento no quantitativo de impressões. Quanto a combustíveis e veículos, o aumento nos índices de quilometragem e consumo de combustível foram relativamente baixos, considerando o projeto Justiça Cidadã que percorreu 20 Comarcas. Sobre o contrato de limpeza, houve redução de 30%. A Coordenadora informou sobre o processo solicitando correção dos valores referentes ao ano de 2.018, enviado pela Diretoria Administrativa/DSG e, justificou que para alterar os dados já publicados seria necessário submetê-los a proposta à CGPLS, uma vez que os valores informados anteriormente já foram publicados no 3º. Balanço Socioambiental pelo Conselho Nacional de Justiça. Sobre a gestão de resíduos, foram tecidas considerações sobre o aumento da destinação dos resíduos de informática e obras e, que o Poder Judiciário do Tocantins tem avançado nestas medidas. O Diretor de infraestrutura e obras, Rogério Canalli, pontuou que este é um problema e que o desafio é nacional e não somente do Estado do Tocantins, pois falta infraestrutura para o descarte adequado desses resíduos. Informou ainda, que esses índices serão ainda maiores para 2.020, uma vez que há reaproveitamento de resíduos de obras na construção do fórum de Miracema e de Paraíso. Para água envasada houve aumento no gasto e consumo. Sobre o gasto e consumo de energia elétrica houve aumento nos índices. O Diretor de infraestrutura e obras pontuou sobre a conclusão das obras do fórum de Miracema que contará com uma usina fotovoltaica de geração de energia elétrica e que impactará no gasto de energia para este ano. Quanto ao consumo de copos descartáveis, os resultados demonstraram a necessidade de que ações mais efetivas devem ser tomadas com fins de haja melhoria dos índices alcançados considerando que houve acréscimo do consumo no patamar de 49,22% (água e café). A Diretoria Administrativa, juntamente com o NUGES realizou estudo sobre a substituição dos copos atualmente utilizados por copos biodegradáveis, mas conforme analisado é economicamente inviável. Foi informado pela Diretora de Comunicação Kézia Reis e a Coordenadora Leila Jardim, que o kit contendo copos permanentes para água e café serão distribuídos a todos os servidores e, que deveria ser adota como estratégia a retirada dos copos descartáveis para uso dos servidores e, por conseguinte, identificar a melhor forma de atender o público externo. Sobre o indicador água e esgoto houve considerável aumento. |O Diretor de infraestrutura e obras pontuou sobre as cisternas que estão sendo construídas para reuso de águas cinzas nas comarcas de Porto Nacional, Paraíso e Miracema. Finalizada a apresentação dos indicadores por parte da Coordenadora, a Presidente da Comissão, desembargadora Ângela Prudente, fez considerações sobre o desempenho dos indicadores e, registrou que há necessidade urgente de se estipular metas factíveis e alcançáveis para cada indicador, a ser alcançada neste ciclo anual do PLS. Ficou consignado que cada Diretor, observando os resultados do Relatório de Desempenho, bem como os Indicadores de suas respectivas Unidades administrativas, deveria propor as metas e submetê-las à apreciação desta Comissão na próxima reunião. Sobre os indicadores que possuem relação entre duas ou mais unidades administrativas, a Presidente solicitou que os responsáveis conversem entre si a fim de alinhar a proposta a ser apresentada. Ainda, solicitou ao NUGES que prestasse o auxílio necessário a cada Diretoria no que tange ao estudo e proposta das metas. Restou deliberado que, a próxima **reunião desta Comissão será realizada no dia 02 de abril do corrente ano, às 09h00min, na sala de reunião deste Tribunal, para apresentação e análise das propostas das metas, saindo os presentes convocados a comparecerem ao ato.** Nada mais havendo para ser registrado, lavrou-se a presente Ata, assinada por mim, Júlio César Pereira de Oliveira, que a lavrei e será encaminhada aos demais presentes para ciência e assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente de Comissão**, em 04/03/2020, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César Pereira de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 06/03/2020, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Leila Maria de Souza Jardim, Coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental**, em 06/03/2020, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Ronilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo**, em 06/03/2020, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Thomaz Coelho de Souza, Assessor Militar**, em 06/03/2020, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rogério José Canalli, Diretor de Infra-Estrutura e Obras**, em 06/03/2020, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Wallson Brito da Silva, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos**, em 06/03/2020, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Debora Regina Honório Galan, Assessora Acadêmica e Pedagógica**, em 06/03/2020, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social**, em 06/03/2020, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Cristina de Oliveira, Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça**, em 08/03/2020, às 19:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 09/03/2020, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Souza da Rosa, Analista Técnico**, em 09/03/2020, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nelson de Miranda Coutinho, Gestor do Programa TO Sustentável**, em 30/03/2020, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Antonio José Ferreira de Rezende, Diretor de Gestão de Pessoas**, em 10/04/2020, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3042889** e o código CRC **62A2E247**.

---